

# Neointegralismo e as direitas brasileiras: entre aproximações e distanciamentos

*Neointegralism and the Brazilian Right: similarities and differences*

**Odilon Caldeira Neto\***

---

## Resumo

Os grupos neointegralistas, isto é, organizações integralistas surgidas após a morte do líder Plínio Salgado, buscam, desde a década de 1970, a inserção no âmbito político nacional, sobretudo como referência à extrema-direita e direita radical nacional. Objetiva-se, neste artigo, a análise das disputas internas e externas neste panorama.

---

## Palavras-chave

Integralismo. Neofascismo. Direita.

---

## Abstract

Neointegralist groups, i.e. *integralista* organizations that arose after the death of the leader Plínio Salgado, seek, since the 1970s to enter the national political context, particularly as a reference for the national Extreme Right and Radical Right. The objective of this article is to analyze the internal and external disputes in this panorama.

---

## Keywords

Integralism. Neofascism. Right Wing.

O contexto da história política recente, tanto em âmbito nacional quanto internacional, fora profundamente marcado por modificações em suas estruturas e representações, sobretudo nas últimas décadas do Século XX. Desta maneira, emergiram novos parâmetros, referenciais e possibilidades de atuação para movimentos, organizações e agremiações

---

Doutorando em História, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – RS, Brasil). Obras mais significativas: O Neointegralismo e a questão da organização partidária. *Boletim Tempo Presente* (UFRJ), v. 18, p. 01-10, 2011. Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses* (UEL), v. 02, p. 01-27, 2009. Contato: odi1984@gmail.com.

políticas, gerando, por sua vez, a necessidade de rearticulação de diversos grupos já existentes ou daqueles em busca de legitimação.

No âmbito internacional, uma das principais modificações do panorama político cumpriu, certamente, à queda do Muro de Berlim e à derrocada do chamado Socialismo Real. Embora o declínio do regime soviético tenha sido um longo processo, a queda do muro fora um evento extremamente significativo para a determinação de novas políticas e compreensões acerca dos limites distintivos entre a esquerda e a direita em todo o mundo. Ainda que a esquerda evidentemente não fosse pautada, no período, somente pela aceção soviética ou mesmo pela via revolucionária, é evidente que o fim de um referencial auxiliou no desenrijecimento das dimensões e, sobretudo, distinções entre direita e esquerda.

O contexto internacional por si só, portanto, já emergia – ou mesmo determinava – novas possibilidades e necessidades de renovadas estratégias políticas para movimentos e organizações de direita, sobretudo os da extrema-direita neofascista, como é caso do neointegralismo. Para além das transformações exógenas ao panorama nacional do período, o contexto brasileiro durante o fim da ditadura militar foi marcado intensamente pela busca de novos grupos e atores políticos, assim como suas respectivas iniciativas, fossem elas institucionalizadas ou não.

Estas mudanças no âmbito político nacional coincidem, por sua vez, com a consolidação do fim da ditadura militar e o processo de reabertura (redemocratização), sobretudo por conta do intenso processo de disputas, debates e deliberações que ocasionaram, por fim, a promulgação da nova constituição federal (1988), que instituiu o sistema eleitoral democrático e também a prerrogativa pluripartidária. O fim da ditadura militar e a nova constituição federal marcam, portanto, não somente o processo de redemocratização, mas, sobretudo, a criação de novas possibilidades de atuação para diversas tendências políticas existentes no período.

No caso das tendências políticas à direita do espectro político nacional, este novo contexto institucionalizado fora extremamente problemático, por diversos fatores. O teor da nova constituição federal e, conseqüentemente, a tônica política do período foi caracterizado por um discurso antiautoritário, buscando justamente romper com a possibilidade da reprodução contínua das estruturas engendradas durante o período ditatorial.

Ainda que o discurso autoritário não deva ser abordado como uma característica estritamente inerente à direita brasileira, é evidente que o fato da ditadura militar brasileira ter sido um fenômeno de direita, conseqüentemente determinaria maiores empecilhos aos movimentos, organizações e diversos grupos da direita radical e extremista brasileira

surgida – ou em atuação – após a ditadura militar. Há, portanto, a solidificação de um entrave extremamente problemático à direita brasileira, sobretudo dos setores mais radicais e extremistas, no qual se insere o fenômeno neointegralista.

Além disso, é necessário ressaltar que, não somente os integralistas, mas também diversos congêneres e grupos ideologicamente similares estavam extremamente desarticulados no período, seja por disputas endógenas ou exógenas. Deste modo, ao abordar as estratégias, efetivações e insinuações do neointegralismo com outros movimentos e organizações da direita brasileira nos anos finais e após a ditadura, é necessário compreender, concomitantemente, o contexto do movimento integralista do período, para, desta maneira, analisar as estratégias políticas do grupo perante o contexto brasileiro, principalmente no âmbito das direitas – radical, conservadora, neofascista etc. – existente na história política recente brasileira.

O integralismo, compreendido aqui no sentido ideológico do termo, i. e., não restrito a grupos específicos, surgiu oficialmente no ano de 1932, a partir da fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), que também foi, certamente, a maior organização integralista já existente. Inspirados por movimentos fascistas europeus, mas também por algumas organizações e grupos nacionais, sobretudo aqueles ligados a setores do conservadorismo e tradicionalismo católico, a AIB foi a principal organização fascista existente na história brasileira (embora, como observa Trindade,<sup>1</sup> não tenha sido a primeira). Foi, ainda, de acordo com Griffin,<sup>2</sup> o principal movimento fascista em atuação além da Europa.

Existente oficialmente até 1937, a AIB constituiu-se, no âmbito da direita, como o primeiro movimento e partido político de massa da história política nacional.<sup>3</sup> Vários fatores auxiliam a compreender o porquê da dimensão alcançada pela AIB em seu período de legalidade. Inicialmente, o próprio contexto político da época possibilitou – após a chamada Revolução de 1930 – a emergência de novas experiências políticas de diversas matizes existentes que, embora não tenham alcançado pleno poder institucionalizado, estabeleceram grande influência na política nacional, como foi o caso dos integralistas.

A AIB elaborou uma extensa área de atuação na sociedade brasileira, fosse por meio de uma complexa rede de jornais, periódicos e afins

<sup>1</sup> TRINDADE, Héglio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

<sup>2</sup> GRIFFIN, Roger. Introduction, p. 22. In: BLAMIRE, Gregory (org.). *World Fascism: a historical encyclopedia*. Santa Barbara: ABC-CLIO Inc., 2006.

<sup>3</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932 – 1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

(sistematizados por meio da *Sigma Jornaes Reunidos*), ou mesmo devido à obras filantrópicas e assistencialistas em todas as regiões brasileiras, sobretudo naquelas mais carentes. O discurso da AIB, baseado na autoridade, que previa tanto a conservação dos *verdadeiros* valores nacionais, assim como a construção de uma identidade *genuinamente* brasileira, galvanizaram o apoio e participação de alguns setores conservadores da sociedade brasileira da época, assim como a inserção de políticos e intelectuais emergentes do período, que viam na AIB uma nova forma de se fazer política.

Sobre este aspecto específico e, em se tratando de um movimento de clara inspiração e fundamentação fascista, é necessário compreender que o fascismo internacional e sua máxima expressão nacional (AIB) eram, à época, uma *nova onda* política, que supostamente rompia com as estruturas e práticas arcaicas das tendências políticas tradicionais. Dessa maneira, não somente o apoio e adesão de novas lideranças políticas da época eram compreensíveis, mas inclusive o reconhecimento da inspiração fascista pelos camisas-verdes, que era trabalhado sem grandes ressalvas.

Essa questão, inclusive, pode ser corroborada a partir do livro “Integralismo e o Mundo”,<sup>4</sup> de Gustavo Barroso, comandante geral das milícias integralistas e uma das três maiores lideranças e ideólogos do movimento. Nesta obra, o autor ressalta as similaridades existentes entre diversos movimentos fascistas ao redor do mundo, não somente os casos mais significativos (Itália e Alemanha), assim como de outras tendências políticas que flertavam com o fascismo, sobretudo na questão de autoridade. Evidentemente, a obra era destinada não apenas a comparar e aproximar o integralismo aos diversos fascismos, mas sobretudo para elencar determinadas características qualitativas do movimento dos camisas-verdes, motivo pelo qual supostamente os integralistas tornar-se-iam essenciais para o desenvolvimento e bem-estar da sociedade brasileira.

A condição fascista do integralismo durante a AIB era, portanto, não somente publicamente reconhecida (embora com ressalvas), como articulada para inserir o integralismo frente a um contexto internacional que garantiria, aos olhos dos ideólogos e militantes, a conquista do poder institucionalizado. A relevância da AIB no panorama político nacional que antecedeu o golpe do Estado Novo (no qual, inclusive, os integralistas auxiliaram a viabilizar), não garantiu, no entanto, a dissolução da AIB junto aos demais partidos políticos existentes, por meio de decreto-lei em 02 de dezembro de 1937.

<sup>4</sup> BARROSO, Gustavo. *O integralismo e o Mundo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937.

Após a dissolução da Ação Integralista Brasileira, os integralistas buscaram, prontamente, articular a fundação da Associação Brasileira de Cultura (ABC), que viria a ser o integralismo em seus moldes iniciais, isto é, um movimento cívico-cultural, sem organização partidária.<sup>5</sup> A efemeridade da ABC e o acirramento das relações entre setores mais radicais integralistas e Getúlio Vargas, que culminou com a tentativa de golpe contra o Estado Novo (no chamado *putsch* integralista), determinaram a condição da marginalidade imposta aos integralistas, assim como uma intensa propaganda oficial realizada contra os adeptos do *Sigma*. Nesta campanha anti-integralista, o discurso sobre a condição fascista era lugar comum, e os integralistas eram tratados como indivíduos contrários aos interesses nacionais e, no contexto da Segunda Guerra Mundial, colaboradores dos interesses nazifascistas.

Desta maneira, a principal experiência integralista pós-AIB coube, certamente, durante a atuação do Partido de Representação Popular (PRP), fundado em 1945, ainda quando Plínio Salgado, líder nacional dos integralistas, estava no exílio em Portugal. De acordo com Calil,<sup>6</sup> durante o período inicial de formação do PRP, os integrantes do partido buscavam deslegitimar as *acusações* que indicavam a tendência integralista do partido. Essa questão, evidentemente, há de ser tomada levando em conta o período que antecede à criação do PRP e a marginalização imposta ao integralismo.

Após o retorno de Plínio Salgado ao Brasil (quando, prontamente, assume a presidência do partido) e a efetivação da formação do PRP, os integralistas buscaram consolidar o partido enquanto principal organização integralista no pós-guerra, embora com resistência de alguns notórios ex-camisas-verdes, à exemplo de Miguel Reale (ex-chefe de doutrina da AIB). Ainda assim, o PRP foi, de fato, a principal organização integralista surgida pós-AIB, embora com determinadas modificações discursivas e representativas perante o integralismo dos anos 1930.

Um das principais reformas no âmbito discursivo dos integralistas pós-AIB inseridos no PRP foi a negação da condição fascista que caracterizava a AIB. Evidentemente, este posicionamento se deu por conta do contexto político do pós-guerra, no qual o fascismo já não detinha a condição de *nova onda* política, tal qual ocorrido nos anos 1930, além da propaganda estadonovista anti-integralista e também em âmbito internacional, no qual o fascismo internacional (sobretudo o fascismo italiano e o nazismo) foram determinantes para a eclosão e resultados da Segunda Guerra.

<sup>5</sup> A AIB havia sido transformada em partido político no ano de 1935, após resoluções do congresso nacional dos camisas-verdes.

<sup>6</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra: A formação do PRP (1945-1950)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Restava aos membros do PRP, portanto, buscar *explicar* (ou relativizar) determinados elementos históricos da AIB, aspectos ideológicos e oriundos da máquina simbólica integralista, tal quais as saudações e uniformes. Os integralistas do pós-guerra almejavam o afastamento da condição fascista privilegiando justamente as inovações e particularidades integralistas, isto é, o discurso supostamente contrário ao racismo, entre outros. Como mostra Calil,<sup>7</sup> no caso das camisas-verdes, a explicação de Plínio Salgado para tal questão residia no argumento de que a utilização do uniforme integralista, à semelhança dos movimentos fascistas, era, na realidade, uma estratégia política que buscava a desestabilização dos *inimigos* fascistas atuantes em solo brasileiro.

Embora essa prerrogativa fosse evidentemente frágil, ela auxilia a compreensão do quanto os integralistas do PRP articularam a busca pela negação do “envolvimento fascista”, ainda que evidente. O afastamento de alguns elementos centrais do integralismo dos anos 1930 foi, inclusive, dinâmica constante na trajetória do PRP. No entanto, algumas tentativas de comemoração da memória integralista (como o jubileu de prata integralista), foram realizadas pela direção partidária, justamente para sanar o descontentamento crescente da militância, que jamais esteve plenamente satisfeita por conta do afastamento de alguns referenciais históricos da AIB, aspecto que julgavam uma negação às origens integralistas.

Plínio Salgado buscou, inclusive, a criação de órgãos extrapartidários, visando à manutenção da ideologia integralista tal qual em seus primórdios, mas sem uma efetiva ação política organizada. O principal aporte desta iniciativa foi a criação da Confederação dos Centros Culturais da Juventude (CCCJ), destinado a formar os chamados águias-brancas, iniciativa na qual a ideologia integralista seria mantida intacta, gerando, ainda, novos militantes fiéis a Plínio Salgado e ao integralismo. Os CCJ cumpriram, pois, papel essencial na conservação da ideologia integralista, indo além dos limites impostos pela agremiação partidária (PRP) e demais “imposições” políticas surgidas pela atuação do integralismo nos moldes partidários de então.

Deste modo, enquanto o PRP possibilitava a inserção política de alguns integralistas, a CCCJ seguia formando novos militantes que, além dos limites perrepostas, tinham função de salvaguardar a ideologia oriunda da AIB. Tudo isso, claro, era possível justamente por conta da centralização das ambições e iniciativas integralistas na figura do líder nacional Plínio Salgado. Era Salgado, pois, o principal elo existente entre os integralistas dos anos 1930 e os integralistas atuantes durante a existência

<sup>7</sup> CALIL, Gilberto Grassi. *Integralismo e Hegemonia Burguesa*: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965). Cascavel: Edunioeste, 2010.

do PRP. Ainda que outros líderes do movimento tenham aderido ao PRP (sobretudo lideranças regionais), toda e qualquer iniciativa considerada autêntica era aquela que passava sob o crivo de Salgado, que garantia sua liderança política, histórica e afetiva perante os integralistas pós-AIB.

O PRP atuou até o ano de 1965, quando, assim como os demais partidos políticos existentes, foi dissolvido após decretação do Ato Institucional nº 2 da ditadura militar. No entanto, ao contrário da dissolução da AIB por Getúlio Vargas, o fim do PRP não foi traumático, tendo em vista que Plínio Salgado e demais líderes integralistas e perrepidistas apoiaram o processo golpista, inclusive aderindo às “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” (Salgado discursou na marcha realizada na capital paulista). Salgado filou-se então à ARENA (Aliança Renovadora Nacional) tornando-se deputado federal por duas legislaturas. Ainda assim, nesse momento Plínio Salgado era considerado o líder integralista, pois arrematava os militantes ainda existentes, oriundos da AIB, assim como PRP, CCCJ e demais organizações integralistas.

É evidente, portanto, que Plínio Salgado consolidou-se como o principal referencial e articulador do integralismo desde os anos 1930 até durante os anos da ditadura militar. Residia em Salgado a possibilidade de uma articulação dos integralistas, ainda esperançosos em um porvir de glória para a doutrina do Sigma. É inteligível, no entanto, que o contingente militante integralista sofreu uma drástica redução desde os anos 1930, até após fim do PRP, por inúmeros motivos, inclusive por falecimento de ex-militantes. Mesmo assim, os remanescentes e novos militantes continuavam fiéis ao integralismo e sobretudo a Plínio Salgado, até o momento do falecimento do líder integralista, no ano de 1975.

Após a morte de Plínio Salgado há início do chamado fenômeno neointegralista, isto é, organizações, grupos ou mesmo indivíduos que buscam reorganizar o integralismo sem a presença de sua principal liderança e elemento histórico do movimento integralista em suas diversas fases. Há, então, a consolidação de um campo aberto para disputas de poder e, ainda, o surgimento de novas compreensões e/ou “modernizações” da ideologia integralista para os tempos mais recentes, aspectos intrinsecamente relacionados.

Entretanto, se por um lado a possibilidade de rearticulação integralista por meio de uma nova militância poderia, teoricamente, auxiliar a formação de iniciativas políticas mais efetivas e organizadas, o contexto político desde a morte de Plínio Salgado não era animador, por diversos fatores. Mesmo antes do fim da ditadura militar, os integralistas tinham uma carga histórica extremamente problemática para lidar, sobretudo os aspectos remanescentes dos anos 1930. A questão fascista, longe de ter sido resolvida após iniciativa

do PRP, permanecia presente, sobretudo por conta de a AIB persistir como o principal referencial para os movimentos neointegralistas.

A falta de liberdade política era, também, um empecilho, inclusive pelo fato dos antigos perrepistas não serem necessariamente simpáticos a uma retomada integralista, principalmente aqueles então inseridos nas estruturas da ditadura militar. Aos “insistentes” restava, então, buscar a articulação de pequenos grupos integralistas, observando, inclusive, a dinâmica de afrouxamento das práticas ditatoriais.

Os primeiros grupos neointegralistas surgidos tinham uma organização extremamente amadora, assim como um exíguo contingente. A primeira atividade integralista ocorrida após a morte de Salgado foi, de acordo com Calil,<sup>8</sup> o lançamento do jornal “Renovação Nacional” (1978), editado por Jader Medeiros, que, anos depois, em reportagem publicada pela revista *Veja* (1981),<sup>9</sup> foi descrito como líder da Cruzada de Renovação Nacional, grupo neointegralista no qual haveria um médium encarregado em *incorporar* o espírito de Plínio Salgado, psicografando cartas endereçadas a Medeiros.

Algumas das iniciativas neointegralistas visavam não necessariamente o plano político institucionalizado, inclusive por conta do contexto ditatorial. Buscavam, assim, a reorganização integralista inicialmente nos moldes de movimentos cívicos culturais, inspirados tanto pela Sociedade de Estudos Políticos (organização onde ocorreu a formação da AIB em 1932), assim como da ABC, tentativa integralista de atuação durante o Estado Novo. Foi, inclusive, com o nome de Associação Brasileira de Cultura, que alguns integralistas buscaram a retomada do movimento no ano de 1979, em um grupo formado por ex-águias-brancas, camisas-verdes e perrepistas.<sup>10</sup>

As duas principais tentativas de organização neointegralista na década de 1970 foram efêmeras. Nos anos 1980, no entanto, o panorama tornar-se-ia mais promissor para os integralistas, inclusive por conta da maior liberdade política concedida pela ditadura militar no ano de 1979.<sup>11</sup> A possibilidade da organização de novas legendas partidárias tornou-se um novo campo de atuação para diversas tendências políticas, inclusive no caso da extrema direita. Dessa maneira, é possível observar que, mesmo antes do fim da ditadura militar brasileira, alguns grupos neointegralistas começaram a buscar articulação com outros grupos de direita criados e/ou emergentes no período.

<sup>8</sup> CALIL, Gilberto Grassi. Op. cit.

<sup>9</sup> Os diferentes rostos da direita radical. *Revista Veja*, 08 abr 1981.

<sup>10</sup> LIMA, Delcio Monteiro de. *Os Senhores da Direita*. Rio de Janeiro, Edições Antares, 1980.

<sup>11</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.



Muitas das iniciativas integralistas que buscaram a institucionalização política surgiram a partir de um núcleo integralista destinado sobretudo à conservação da memória integralista e estudos da doutrina do Sigma: a Casa Plínio Salgado, fundada em 1981, por ex-águias-brancas e perrepeistas.<sup>12</sup> O local tornou-se um ambiente propício para a construção de uma rede de sociabilidades entre os militantes integralistas e, inclusive, para a idealização e organização de iniciativas políticas neointegralistas organizadas, ainda que muitas delas efêmeras.

A primeira tentativa de retomada institucional do integralismo surgida dentro do quadro de frequentadores da Casa Plínio Salgado foi a Ação Nacionalista Brasileira (1985), idealizada por Anésio de Lara Campos Jr., advogado, antigo membro do PRP e oriundo de tradicional família da capital paulista. Ainda que a Ação Nacionalista Brasileira tenha sido, de fato, um fracasso em suas ambições políticas, marca o início da atuação de Anésio Lara como uma das principais lideranças do integralismo pós-Plínio Salgado.

Ainda no ano de 1985, Anésio Lara formalizou a tentativa de retomada da Ação Integralista Brasileira, registrando a nova AIB em seu nome, tendo em vista que a sigla havia sido extinta durante o Estado Novo. No contexto da redemocratização política brasileira, o líder da *nova* AIB buscou articulação com alguns agrupamentos das direitas então existentes no Brasil. Um desses grupos foi, segundo Dreifuss,<sup>13</sup> o Partido de Ação Nacionalista (PAN), cujo presidente era Rômulo Augusto Romero Fontes, que, de acordo com Kushnir,<sup>14</sup> havia sido um dos cinco militantes da Vanguarda Popular Revolucionária que, após serem capturados por órgãos repressivos da ditadura militar, negociaram um “arrependimento público” em órgãos da grande mídia nacional.

Após o “arrependimento”, Fontes teve uma guinada política à direita, momentos antes de fundar o Partido de Ação Nacionalista. O PAN, de acordo com Dreifuss, era financiado pela “Causa Brasil, braço político-ideológico e operacional da chamada ‘Seita Moon’”,<sup>15</sup> do chamado Reverendo Moon.<sup>16</sup> O partido tinha como secretário geral Antônio Carlos

<sup>12</sup> CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2007.

<sup>13</sup> DREIFUSS, René. *O jogo da Direita*. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1989.

<sup>14</sup> KUSHNIR, Beatriz. Responsabilidade e soberba: os sigilos e acordos das pautas de jornais, no Brasil, pós 1964. *Anais do XII Encontro Regional de História (Usos do Passado) da ANPUH*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Beatriz%20Kushnir.pdf>> Acesso em: 12 mai. 2010.

<sup>15</sup> DREIFUSS, René. Op. cit., p. 92.

<sup>16</sup> Cf. MONTEMAYOR, Juan de. *La Secta Moon: Carrera política y estratégia internacional*. Madri: IEPALA, 1989.

Meirelles, que foi um dos responsáveis por tentar atrair os integralistas para sua legenda. Meirelles chegou, inclusive, a criticar os integrantes da Casa Plínio Salgado, pois estes teriam uma visão demasiadamente *contemplativa* do integralismo e das obras de Plínio Salgado.<sup>17</sup> Esta afirmação de Meirelles era destinada não somente a criticar os integrantes da Casa Plínio Salgado, mas sobretudo buscar a atenção dos integralistas para seu partido, na tentativa de cooptar apoio e participação.

A relação existente entre a 2ª AIB e o PAN ia além da tentativa de absorção dos integralistas pelo partido. Segundo Dreifuss, Meirelles era, ainda, uma das principais lideranças da nova AIB. A tentativa de Anésio Lara em legitimar sua iniciativa neointegralista chegava ao ponto de afirmar que contava com o apoio de pessoas que haviam sido críticas a qualquer organização integralista pós-anos 1930, como era o caso de Miguel Reale. A condição do grupo e o apoio superestimado que julgavam ter não minimizam, entretanto, a consolidação da 2ª AIB como um referencial de grupo neointegralista, tendo em vista que aglutinou membros de grupos antecedentes, como o caso da Cruzada de Renovação Nacional.

Um problema recorrente nas organizações integralistas surgidas nas últimas décadas do Século XX foi o exíguo número de militantes ativos. Além da desistência de ex-integralistas em continuar ativos na militância política, pesava a idade avançada de membro de antigas organizações, mesmo os chamados águias-brancas. Deste modo, desde a década de 1970, houve a necessidade de renovação dos quadros da militância integralista, para uma efetiva atuação política.

A AIB de Anésio Lara buscou, desse modo, atingir setores da juventude teoricamente receptivos à doutrina integralista. No início da década de 1980, estavam em crescimento alguns agrupamentos de *skinheads*, principalmente grupos atuantes na capital e região metropolitana de São Paulo, os “Carecas do Subúrbio”. Os Carecas, principal facção das diversas existentes no *skinhead* brasileiro, surgiram como uma dissidência do movimento *punk* paulista, adeptos de um discurso nacionalista, moralista e conservador, contrários à homossexualidade e às ideologias de esquerda e com um discurso em defesa da família, características que tornaram propícias diversas tentativas de aproximação entre o grupo e a organização neointegralista.

Havia, de acordo com Costa,<sup>18</sup> a tentativa em transformar os Carecas numa espécie de “tropa de choque” da nova AIB, aspecto

<sup>17</sup> Integralistas tem tímido “lobby” para constituinte. *Folha de São Paulo*. 21 dez 1986, 1º caderno, pág. A5.

<sup>18</sup> COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno*. São Paulo: MUSA, 2000.

corroborado inclusive por incidentes envolvendo Carecas e membros da nova AIB contra sindicalistas e organizações de esquerda, na ocasião da comemoração do dia do trabalhador (1988), na Praça da Sé, em São Paulo. Os Carecas teriam, mais adiante, prestado serviços de segurança para o grupo de Anésio Lara em determinadas reuniões.<sup>19</sup>

A estratégia da AIB em utilizar os membros dos Carecas em serviços de segurança para eventos do grupo, assim como em manifestações e passeatas, se assemelha ao processo que deu origem ao fenômeno dos *skinheads* neonazistas. Até fins da década de 1960, os *skinheads* não tinham uma conotação racista explícita, inclusive caracterizados por elementos estéticos, culturais e musicais multiétnicos. No entanto, como observa Cotter,<sup>20</sup> o nacionalismo exacerbado de alguns *skinheads* foi elemento preponderante para a doutrinação destes pelo *National Front*, partido neonazista inglês surgido em 1967. A estratégia utilizada fora justamente a utilização dos *skinheads* em serviços de segurança em reuniões do grupo, assim como efetuado pelo grupo de Anésio Lara.

Embora não seja possível determinar uma relação expressa entre as estratégias do grupo neointegralista e o partido inglês, fica evidente a iniciativa de organizações de extrema-direita em cooptar movimentos juvenis urbanos, sobretudo aqueles formados por setores menos abastados da sociedade, como o caso dos Carecas. A tentativa de cooptação dos Carecas pela nova AIB, no entanto, encontrou resistência por parte dos jovens, pois, de acordo com Costa, não havia unanimidade dentro do grupo referente à suposta “identidade integralista” destes, ou mesmo uma resistência frente a uma liderança externa.

De qualquer modo, a relação entre o grupo liderado por Anésio Lara e uma parcela dos Carecas fora efetivada, o que garantiu a inserção do neointegralismo na mídia (ainda que por conta de conflitos de rua) e o processo de concretização do grupo como única alternativa neointegralista existente no período. Tal fator fora preponderante para a discussão sobre a possibilidade de criação de um partido político estritamente integralista, o Partido da Ação Integralista (PAI). A questão, no entanto, esbarrou em diversas questões presentes no movimento, como a não aceitação da subserviência do integralismo às regras de uma democracia-liberal.

Além disso, fatores internos foram determinantes para que a ideia da criação do PAI não fosse efetivada. O fato de Anésio Lara ter registrado a sigla AIB sem o conhecimento de outros militantes integralistas foi visto

<sup>19</sup> Integralistas voltam, *Jornal do Brasil*, 22 maio 1988.

<sup>20</sup> COTTER, John M. Sounds of Hate: White Power rock and roll and the neo-Nazi skinhead culture. In: GRIFFIN, Roger & FELDMAN, Matthew (org.). *Fascism: Critical concepts in Political Science* (Vol. V – Post-war fascisms). New York: Routledge, 2004.

como uma usurpação da memória e da herança histórica integralista. Ademais, ainda que Plínio Salgado não estivesse mais vivo, caberia a Anésio Lara consultar a viúva do líder integralista (D. Carmela Salgado), para, aí sim, efetivar o registro da sigla, congregando os demais integralistas. Houve, inclusive, a tentativa de demover Anésio Lara da presidência da organização que havia criado, iniciativa efetivada em um curto espaço de tempo, quando Sebastião Cavalcanti ocupou o cargo, no ano de 1989.

A situação, no entanto, durou pouco tempo. No mesmo ano, Cavalcanti desistiu da presidência da AIB, e Anésio Lara retornou automaticamente ao cargo, pois havia sido rebaixado para vice-presidência. Essa reviravolta acabou por gerar um mal-estar dentro da militância neointegralista, fosse ela inserida no grupo ou não. Além disso, a relação de Anésio Lara (e, conseqüentemente, da 2ª AIB) com outros grupos da extrema-direita brasileira acarretaram situações consideradas incongruentes aos caminhos almejados pelo integralismo, sobretudo a aproximação do grupo integralista com movimentos neonazistas e teorias negacionistas (“revisionistas do holocausto”).

Essa aproximação tornou-se pública, inclusive, quando da participação de Anésio Lara em um programa de televisão que discutia a questão do holocausto.<sup>21</sup> De um lado, defensores da memória do holocausto, do outro alguns daqueles que negavam a existência das câmaras de gás e de qualquer plano sistemático de assassinato de judeus e outras categorias de “indesejáveis” ao nacional-socialismo. Anésio Lara, trajado com camisa-verde e apresentado como líder da “Ação Integralista Brasileira”, esteve acompanhado de Armando Zanine Júnior, oficial reformado da marinha-mercante e fundador do Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB).

O PNSB, embora não tivesse garantido registro eleitoral justamente por conta de sua clara inspiração neonazista, tornou-se relativamente conhecido na mídia nacional no final da década de 1980 e início dos anos 1990, devido a suas propostas e da questão do negacionismo. Foi durante esses anos que teve início a longa disputa judicial envolvendo entidades de defesa dos direitos humanos contra a Revisão Editora Ltda., principal órgão negacionista do período. A questão do negacionismo, portanto, tornou-se recorrente na grande mídia, e o apoio de Anésio Lara a essas teorias trouxe à tona dois aspectos extremamente caros à memória integralista: a já abordada questão fascista e, ademais, o discurso antissemita.

Embora o antissemitismo não tenha sido unanimidade dentro do integralismo dos anos 1930, desempenhou papel de relativa importância dentro da militância de base, sobretudo de setores mais radicais. A ala

<sup>21</sup> *Canal Livre*; Sílvia Poppovic. São Paulo: BAND, 1989.

antissemita da AIB dos anos 1930 era representada principalmente por Gustavo Barroso, que publicou diversas obras doutrinárias para a AIB, na qual *denunciava* um suposto complô judaico de dominação, aos moldes da obra apócrifa “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, a qual foi, inclusive, Barroso o primeiro tradutor para a língua portuguesa, no Brasil.

O antissemitismo integralista configurava-se, portanto, não somente como um dos principais elementos intolerantes dentro da doutrina do Sigma, mas inclusive como um elo ideológico e discursivo entre o integralismo e movimentos fascistas internacionais, inclusive o nazismo. O antissemitismo no âmbito neointegralista era ainda mais problemático, pois poderiam ocorrer, inclusive, em questões judiciais. Isto, contudo não foi, aparentemente, um empecilho para as estratégias de Anésio Lara, que, por repetidas vezes, manifestou apoio às teorias negacionistas, sobretudo aquelas que contestavam a existências das câmaras de gás.

O apoio mútuo entre o grupo de Anésio Lara e grupos que viviam não somente na marginalidade política, mas, além disso, quase na ilegalidade, foram preponderantes para que houvesse uma intensa movimentação visando o fim da atuação da “nova AIB”. Diversos militantes deixaram de prestar apoio a Anésio Lara, e a 2ª AIB caiu no ostracismo do âmbito político neointegralista.

Os militantes neointegralistas tornaram-se novamente desarticulados, e passaram, então, a se organizar em outros grupos, sobretudo no âmbito de comemoração da memória integralista. Além da Casa de Plínio Salgado na capital paulista, surgiu, durante a década de 1990, o Centro Cultural Plínio Salgado, fundado no estado do Rio de Janeiro pelo advogado Arcy Lopes Estrella, que havia sido decurião das milícias integralistas (AIB de 1932). Ambas as organizações cumpriram, durante a década de 1990 a função de articular a militância integralista e proporcionar o aprofundamento de debates e formação doutrinária dos neointegralistas. Nesta perspectiva, portanto, as iniciativas de cunho político institucionalizado ficaram em segundo plano, seja pelo contexto do movimento integralista na época, ou mesmo pelos resultados oriundos da atuação do grupo de Anésio Lara.

O panorama da ausência de iniciativas integralistas que buscassem uma articulação política institucionalizada começou a ser modificado nos últimos anos da década de 1990, sobretudo por dois grupos então recém-fundados: o Centro de Estudos Históricos e Políticos (CEHP) e, adiante, o Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI). Esses grupos buscaram, deste modo, a realização de eventos e encontros entre os integralistas, além da criação de novas estratégias de atuação. O CEDI, especificamente, tornou-se o primeiro grupo neointegralista a utilizar a

internet enquanto instrumento de difusão da ideologia integralista e, também como meio de comunicação entre militantes em todo o país.

No aspecto da relação com outros grupos de direita em atuação no período, ambos efetivaram um distanciamento de grupos mais radicais e extremistas, justamente por conta dos entraves ocorridos após a atuação da 2ª AIB. Deste modo, um ponto em comum entre os dois grupos foi a tentativa de aproximação com grupos mais conservadores do que necessariamente extremistas, como o caso da TFP (Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade)

A TFP, embora não fosse uma instituição em atuação no ponto de vista político institucional, era consolidada como referência da direita brasileira, sobretudo para os setores ultraconservadores do catolicismo. E, ainda que a TFP não tivesse a importância tal qual durante os anos 1960 (principal período de atuação), a condição conquistada pela organização enquanto referencial era extremamente valiosa para os neointegralistas, que buscavam uma “aliança” entre ambos os movimentos. A TFP serviria, portanto, como princípio legitimador das novas iniciativas integralistas, ao mesmo tempo em que auxiliaria a esmaecer as polêmicas recentes envolvendo o neointegralismo, grupos neonazistas e as teorias negacionistas.

Desta maneira, membros da TFP eram convidados às reuniões e festividades dos grupos integralistas, sobretudo do CEDI, que, inclusive, utilizava simbologia que remetia ao integralismo dos anos 1930 e à TFP. O brasão do grupo consistia em uma figura de Plínio Salgado, juntamente com o Sigma e o mapa político nacional, ladeados por dois leões rampantes, símbolos máximos da TFP. A tentativa de aproximação entre os grupos neointegralistas e a TFP foram, no entanto, inócuas, provavelmente por falta de interesses dos *tefepistas*, visto por se tratar de uma instituição já consolidada. Além disso, o ultraconservadorismo católico da TFP não coincidiria com a relativa liberdade religiosa existente dentro da ideologia integralista, que agregou não somente católicos, mas também protestantes e demais vertentes religiosas.

O líder e criador do CEDI, Marcelo Mendez, buscou ainda, de acordo com Carneiro,<sup>22</sup> aproximação com outros setores conservadores da sociedade brasileira, como movimentos pró-monárquicos (Círculo Monárquico), ou mesmo movimentos de cunho nacionalista, tal qual o MV-Brasil, grupo suprapartidário, que atuava em defesa do idioma e daquilo que consideravam riquezas nacionais. Essa aproximação rendeu a presença de alguns representantes desses grupos em determinados eventos do CEDI, inclusive em missa realizada para *oficializar* o grupo

<sup>22</sup> CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Op. cit.

(maio de 2001). Essa aproximação, no entanto, não chegou a ser efetivada do ponto de vista de articulação política, ou mesmo em atuações em conjunto.

É possível notar, portanto, que o contexto da atuação desses grupos surgidos após a atuação da 2ª AIB pode ser caracterizada como um momento de reorganização dos indivíduos e grupos integralistas, além da busca por apoios que pudessem fortalecer as iniciativas do movimento, assim como determinar uma legitimação perante setores da direita e sociedade brasileira. Por mais que tais relações não tenham sido aprofundadas e efetivadas, proporcionaram, ainda assim, uma rearticulação do movimento integralista, que se encontrava extremamente disperso. A busca por espaço político – simbolizado pela ação do CEDI e CEHP – e a constante comemoração da memória integralista (Casa Plínio Salgado e Centro Cultural Plínio Salgado), auxiliaram a formação de uma nova militância e a busca por uma efetiva organização.

O período coincidiu, ainda, com o crescimento daquele que veio a ser um referencial da direita brasileira pós-ditadura no âmbito das agremiações políticas: o PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), fundado pelo médico cardiologista Enéas Ferreira Carneiro. Por conta de um discurso ultranacionalista, adepto de um nacionalismo orgânico, contra a submissão do Brasil a órgãos internacionais e em defesa da família cristã; contra o aborto e união civil homossexual, o PRONA logo chamou a atenção dos militantes neointegralistas, que visualizavam algumas similaridades ideológicas entre o partido e elementos centrais da doutrina do Sigma.

Desta maneira, portanto, alguns integralistas passaram a frequentar reuniões partidárias do PRONA, assim como alguns membros do PRONA prestigiavam encontros neointegralistas. Essa relação, evidentemente, nunca foi algo público, principalmente por que poderia acarretar danos à imagem pública do partido de Enéas Carneiro. Ainda assim, os integralistas demonstravam entusiasmo com determinados candidatos do partido, sendo que alguns militantes integralistas chegaram a se candidatar pelo PRONA, como foi o caso de Paulo Fernando da Costa (DF) e Dário Di Martino (RS).

Um empecilho existente para uma maior aproximação entre o PRONA e os grupos neointegralistas foi, no momento, decorrente da falta de organização por parte dos integralistas. Além da inexistência de um grupo que congregasse todos os militantes integralistas ainda dispersos, a questão da atuação política institucionalizada – inclusive do ponto de vista das agremiações políticas – não era uma questão bem resolvida entre os militantes.

Desta maneira, então, os militantes neointegralistas organizaram, no ano de dezembro de 2004, o “1º Congresso Integralista para o Século XXI”, destinado a reunir militantes de diversos núcleos e grupos integralistas existentes de então, até representantes de outras organizações da direita brasileira. Estiveram presentes no evento, como observa Carneiro, membros do CEHP, do CEDI, das Casa e Centro Cultural Plínio Salgado, do MV-Brasil, do PRONA, ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), União Católica Democrática, entre outros. O evento congregou, portanto, não somente a militância integralista do Século XXI, mas também diversos grupos da direita que estariam próximos à ideologia ou estratégias neointegralistas.

A principal deliberação do evento foi a iniciativa da criação do Movimento Integralista Brasileiro (MIB), que viria a ser a principal organização integralista em atuação para o Século XXI. Os participantes do evento escolheram, além do nome da organização, a constituição de uma assembleia, que encaminharia a efetivação da iniciativa. Entretanto, dias após o evento, líderes neointegralistas foram ao cartório registrar a sigla, quando descobriram que o nome já se encontrava em registro, desde o ano de 1983, em posse de Anésio de Lara Campos Jr. Anésio, embora estivesse presente no evento, não havia mencionado a questão e, ainda que circulasse entre os grupos integralistas existentes, havia o temor que ele pudesse tornar a trajetória da nova organização extremamente conturbada, tal qual a 2ª AIB.

Os resultados do evento foram, portanto, praticamente inexistentes. Apesar de ter sido um marco na história do neointegralismo e conseguir reunir militantes e representantes de outras organizações da direita brasileira, o evento tornou-se inócuo e serviu, ainda, para acirrar disputas existentes no cerne do movimento neointegralista. A partir de 2004 surgiram, portanto, três principais grupos que disputam a herança do movimento integralista e divergem sobre questões doutrinárias e táticas políticas para o movimento atualmente.

A Frente Integralista Brasileira (FIB) é a maior organização neointegralista em atividade, com núcleos presentes em diversos estados brasileiros e uma intensa atuação na internet. Caracteriza-se por um conservadorismo perante a ideologia dos camisas-verdes dos anos 1930, sem grandes alterações discursivas do integralismo em seu auge enquanto organização política. Embora a possibilidade de organização partidária não seja o principal objetivo do grupo, a questão não é absolutamente descartada, embora não seja objetivo central do grupo. No âmbito das agremiações políticas, chegaram a apoiar publicamente alguns candidatos do PRONA, inclusive as candidaturas de Enéas Carneiro.



O segundo grupo neointegralista mais bem organizado é o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B), que defende a necessidade de atualização de alguns pressupostos doutrinários da ideologia do Sigma, sobretudo questões referentes ao âmbito científico e também religioso. São contrários ao sistema democrático-liberal, que seria um mero instrumento criado para a dominação dos povos e nações.

O extremismo do grupo é fundamentado sobretudo em autores da linhagem antisemita do integralismo em sua primeira fase, tal qual Gustavo Barroso. Esse radicalismo, aliado às tentativas de “modernização” da doutrina integralista dos anos 1930 – que resultaria na chamada filosofia linearista – gera um afastamento do MIL-B não somente perante outros grupos e militantes integralistas do Século XXI, mas inclusive de outros grupos da direita brasileira.

Há, por fim, a Ação Integralista Revolucionária (AIR), pequeno grupo com atuação incipiente no âmbito neointegralista, que busca a retomada do integralismo dos anos 1930, embora com um diferencial: há, na AIR, uma crítica ao momento histórico da transformação do integralismo em partido político (1935), o que auxiliou a dissolução da AIB pelo Estado Novo. De acordo com o líder da AIR, Jenyberto Pizotti, o integralismo para o Século XXI deveria manter suas tradições “revolucionárias”, sem a submissão ao jogo democrático, sobretudo no aspecto das agremiações políticas. O grupo almeja, ainda, a congregação de todos militantes neointegralistas sob sua sigla.

O contexto mais recente dos grupos neointegralistas mostra, portanto, que há uma fragmentação em correntes divergentes ideologicamente e também nos objetivos políticos de cada um. O momento, portanto, caracteriza-se por uma disputa interna dentro do movimento integralista, principalmente entre a FIB e o MIL-B. Esta disputa, inclusive, têm sido preponderante para que a atual fase dos neointegralistas seja marcada por uma baixa atividade do ponto de vista da articulação com outros grupos da direita radical e extremista no Brasil.

Os fatores internos, no entanto, não podem ser tomados como os únicos empecilhos de uma maior articulação e representatividade do integralismo frente à direita do tempo presente. As diversas tentativas de aproximação com movimentos de direita de diversas intensidades foram marcadas pelo fracasso, ou então por uma baixa reciprocidade. Soma-se a isto, claro, as tentativas desastrosas de alguns grupos integralistas, sobretudo aquele liderado por Anésio Lara. Coube, portanto, aos grupos que sucederam à 2ª AIB, traçar novas estratégias políticas, em um espaço ainda mais diminuto.

Há, ainda, uma questão que não cabe necessariamente ou tão somente aos neointegralistas: os espaços da direita radical e extremista pós-ditadura. Como abordado inicialmente, o contexto político no qual os movimentos neointegralistas estiveram presentes desde a década de 1970 (momento de ligeira abertura nos limites ditatoriais) até após 1988, foram – e são – momentos de construção da democracia brasileira, onde qualquer discurso com teores autoritários são tomados com ressalvas por meio da opinião pública em geral.

Nessa perspectiva, os campos de atuação de movimentos extremistas de direita tornaram-se exíguos, seja pela questão descrita acima, ou mesmo devido à relativa hegemonia da democracia liberal em grande parte do mundo. Essa questão, inclusive, foi um dos elementos essenciais para que as fronteiras distintivas entre direita e esquerda não estivessem mais tão claras na política mundial, sobretudo no aspecto político-partidário. No caso brasileiro, inclusive, este fator foi maximizado pelo fim do período ditatorial, pois grandes lideranças presentes durante a ditadura passaram automaticamente à atuação nos moldes democráticos, muitas vezes em legendas partidárias sem clara definição ideológica.

As disputas políticas presentes na sociedade brasileira nos últimos anos de ditadura e primeiras décadas de democracia visavam sobretudo a conquista imediata (ou mais ligeira possível) de poder institucionalizado, de modo que os grupos que *persistiam* em práticas e proposições que mantinham laços evidentes com o autoritarismo do passado enfrentavam diversos empecilhos em sua atuação.

No caso dos grupos neointegralistas, esta questão tornou-se ainda maior, tendo em vista não somente a ancestralidade fascista do integralismo dos anos 1930 – principal referencial para os neointegralistas ainda hoje, mas também questões mais recentes, seja o apoio do PRP ao golpe de 1964, ou mesmo pelas relações entre integralistas e grupos intolerantes, como neonazistas e *skinheads*.

Dessa maneira, após a morte de Plínio Salgado, o integralismo esteve inserido não somente na problemática da questão da ausência de sua maior liderança, mas também em um panorama político pouco favorável e uma baixa receptividade de outras organizações das direitas brasileiras. As tentativas de aproximação dos diversos grupos neointegralistas com movimentos afins ou outros com determinadas semelhanças foi recorrente, embora nem sempre efetivada.

É possível, notar, inclusive, que os maiores casos de efetivação da relação entre neointegralistas e grupos diversos, se deu justamente naqueles que também estavam na periferia ou marginalidade da esfera

política. Deste modo, a relação entre neointegralistas e grupos intolerantes (neonazistas, Carecas, negacionistas) foi efetuada sem maiores empecilhos, ao contrário de grupos já estabelecidos, como o caso da TFP.

No aspecto partidário, à exceção do PAN e do PNSB, casos efêmeros, sem representatividade e que se relacionaram publicamente com o movimento neointegralista, a proximidade pública não fora iniciativa das agremiações. Partiu, portanto, dos integralistas a tentativa de apoio e representatividade, embora tenham sido casos isolados, como o ocorrido com o PRONA.<sup>23</sup> É possível compreender, portanto, que o movimento neointegralista buscou em diversos momentos uma maior proximidade com grupos da direita brasileira.

Isto, evidentemente, cabe não somente à tentativa de inserir os neointegralistas como referencial para a direita brasileira, mas, inclusive, como elemento de disputa interna de poder, pois, a partir do momento no qual determinado grupo integralista obtivesse apoio de organizações exógenas, mais fácil seria alocá-lo como autêntico movimento integralista para as últimas décadas do Século XX e anos iniciais do Século XXI.

A não efetivação destas proximidades, alianças e planos conjuntos fora um dos fatores centrais para o frágil cenário do movimento neointegralista nas últimas décadas. Além das disputas internas existentes no movimento, há a questão do modo anacrônico como os grupos neointegralistas são vistos pela sociedade brasileira durante o período abordado. Sendo o integralismo dos anos 1930 o principal referencial histórico e ideológico para os neointegralistas, fica evidente a existência de um hiato entre a sociedade brasileira analisada e imaginada pelos ideólogos da AIB e um mundo em constante mutação, sobretudo no aspecto político democrático, justamente em momentos que se almejam o acesso às garantias democráticas e os limites às ideologias autoritárias e intolerantes, tal qual o (neo)integralismo.

<sup>23</sup> Cf. CALDEIRA NETO, Odilon. O PRONA e a direita grupuscular pós-ditadura. In: V Seminário de Pesquisa do PPGHS – UEL, 2011, Londrina. *Anais do V Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em História Social – UEL*, 2011. p. 01-15.